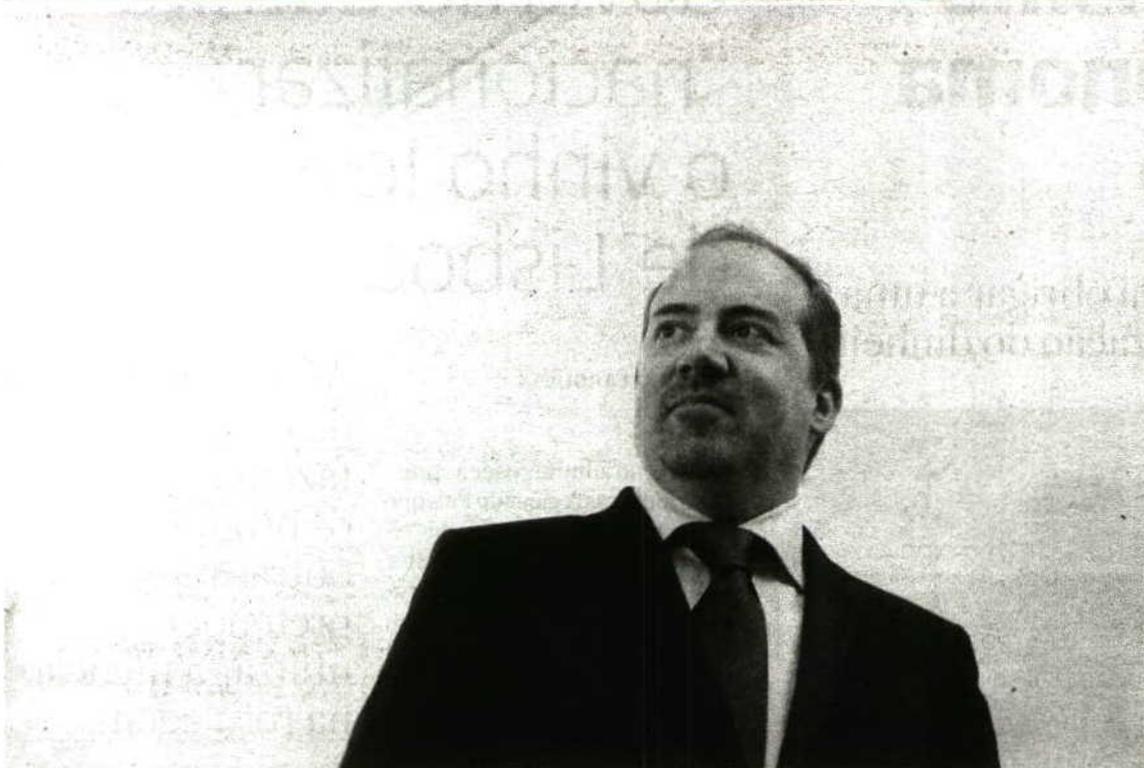


PROGRAMA REVITALIZAR

Governo quer dar novo fôlego a empresas em risco



Miguel Baltazar

JOÃO CARLOS MALTA

joaomalta@negocios.pt

No documento final assinado em concertação social, no início da semana, os parceiros assumiam que o contexto económico e a escassez de acesso ao crédito estavam a levar cada vez mais empresas à insolvência. Ontem, o Governo deu um sinal de querer alterar este quadro com a aprovação, em Conselho de Ministros, do "Programa Revitalizar". O objectivo é "melhorar o enquadramento legal dos processos de revitalização empresarial", com a "concretização de acordos entre devedores e credores".

Este programa, segundo o Governo, tem em "vista a optimização do enquadramento legal, tributário e financeiro, visando a revitalização de empresas operacionalmente viáveis, mas em que a estru-

tura financeira se encontra desajustada face às suas necessidades."

O "Revitalizar" será operacionalizado através de uma Comissão de Dinamização e Acompanhamento Interministerial, composta pelo Ministério da Economia, o Ministério das Finanças, o Ministério da Justiça e o Ministério da Solidariedade e da Segurança Social.

Há já alguns exemplos concretos do sentido que o novo programa seguirá, como é o caso do "Processo Especial de Revitalização", que prevê alterações ao Código da Insolvência. Segundo Andreia Moreira, especialista em insolvências da sociedade de advogados "Rui Pena&Arnaut", as alterações aos acordos extra-judiciais são o facto mais marcante do novo enquadramento legal.

Se até agora esta negociação era mediada pelo IAPMEI, antes de ser

levada a um Tribunal do Comércio, com as novas regras, alerta a jurista, o organismo do Estado sai do processo. Depois do acordo entre as partes, o mesmo segue directamente para tribunal para adquirir validade jurídica.

Para dar "novo fôlego a projectos empresariais operacionalmente viáveis", os parceiros sociais acordaram ainda a criação de um fundo de revitalização de empresas até ao final de 2012. O "Compromisso para o Crescimento, Competitividade e Emprego" assume que as empresas nacionais "apresentam uma estrutura financeira desequilibrada, com elevada dependência de terceiros", mas revela a intenção de potenciar a articulação entre "empresas, entidades e instrumentos públicos e o sistema financeiro" para operacionalizar os processos de revitalização.